

ESPAÇO E CIDADE: A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO EM MANAUS/AM

Susianne Gomes da Conceição & Sandra do Nascimento Noda

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I -
Manaus/Amazonas. Fone: 3305-4112.
susianne@gmail.com; snoda@ufam.edu.br

Recebido 5 de agosto de 2011, aceito em 13 de setembro.

RESUMO – O objetivo dessa pesquisa consistiu em verificar quais os processos de produção do espaço que inserem a agricultura no contexto da expansão urbana em Manaus. O artigo teve como estudo de caso as áreas de hortaliças existentes na comunidade Cidade de Deus, localizada no bairro Cidade Nova, zona Norte da cidade de Manaus/AM. O problema partiu do seguinte questionamento: Como a urbanização influencia as unidades de produção agrícola em Manaus? A partir daí, foi apontada como hipótese que a urbanização se expande sobre as unidades de produção agrícola devido à falta de planejamento pelo poder público para a manutenção de tais espaços na cidade. A estratégia metodológica consistiu na abordagem sistêmica com a finalidade de estudar o tema em sua totalidade. Sobre o método de pesquisa, o estudo de caso foi visto como o mais adequado para apreensão do problema. Os sujeitos da pesquisa compreenderam 10 agricultores, abrangendo a totalidade na área em estudo. Foi constatado que os processos de produção do espaço que inserem as unidades de produção agrícolas no contexto da expansão urbana são a expansão demográfica e a criação/expansão de vias públicas em Manaus. A ocupação humana nas proximidades das áreas agrícolas pode diminuir o espaço da produção de hortaliças; fato que representa riscos ao agricultor. A criação e a expansão de vias terrestres, além de causar diminuição do espaço de cultivo, podem impactar na quantidade e qualidade produtiva. Em contrapartida, os trabalhadores acreditam que a agricultura poderia expandir com a urbanização vigente

em Manaus devido uma maior demanda por hortaliças diante do crescimento populacional.

PALAVRAS CHAVE – cidades, agricultura sustentável, expansão urbana, políticas públicas.

ABSTRACT – The objective this study was to determine which processes of space producing that insert agriculture in the context of the urban expansion in Manaus. The article had as case study areas vegetables in the Cidade de Deus society, located in the New City district, North zone of the Manaus city. The problem went away the following question: How does urbanization affect the agricultural production in Manaus? From there, it was appointed as hypothesis that the urbanization expands on the agricultural production due to lack of planning by the government to maintain such spaces in the city. The strategy consisted of the systemic approach in order to study the subject in its entirety. About the research method, the case study was seen as the most suitable for understanding the problem. The subjects comprised 10 farmers, covering the whole area under study. It was found that the processes of production of space that insert the agricultural production in the context of urbanization are the demographic expansion and the creation/expansion of public roads in Manaus. The human occupation in the vicinity of agricultural areas may decrease the space vegetables production; a fact that poses risks to the farmer. The creation and expansion of roads, beyond causing decreased crop space, can impact in the quantity and quality production. In contrast, workers believe that agriculture could expand with urbanization prevailing in Manaus because a higher demand for vegetables in the face of population growth.

KEYWORDS – cities, sustainable agriculture, urban expansion, public politics.

INTRODUÇÃO

A agricultura praticada nas cidades está imbricada de desafios para sua continuidade. As políticas públicas não oferecem as condições necessárias para que o agricultor da cidade caminhe com segurança. Apesar da agricultura urbana ser vista como uma alternativa para o desenvolvimento local nos países pobres, existem poucas ações governamentais que incentivem esse tipo de agricultura. No Brasil, por exemplo, não se tem conhecimento de políticas visando à prática agrícola nas cidades, muito menos sua expansão.

Considera-se agricultura urbana a atividade realizada em pequenas áreas da cidade ou no seu entorno (periurbana) – nesse caso, configurando como um cinturão verde. Por outro lado, os espaços de produção agrícola nas cidades apresentam-se vulneráveis quando há pressões visando sua ocupação. De modo geral, as políticas agrícolas são direcionadas para os agricultores das zonas rurais, fato que pressupõe a urgência de políticas públicas aos agricultores urbanos.

Na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, os espaços de produção agrícola estão localizados principalmente nas zonas Norte e Leste, que “coincidentalmente” correspondem às zonas de expansão urbana. Desse modo, a análise da produção do espaço nos possibilita responder a seguinte questão: Qual a influência da urbanização na agricultura?

O objetivo desse trabalho consistiu em verificar quais os processos de produção do espaço que inserem a agricultura no contexto da expansão urbana em Manaus, tomando como estudo de caso as áreas de agricultura presentes na comunidade Cidade de Deus, localizada no bairro Cidade Nova, zona Norte da

cidade de Manaus/Amazonas. Partiu-se da hipótese que a urbanização se expande sobre as unidades de produção agrícola em Manaus devido à falta de planejamento pelo poder público para a manutenção de tais espaços na cidade.

Visando o melhor desenvolvimento do tema foi feito um recorte temporal, onde dois fatos foram considerados relevantes: os períodos de (pós) criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e de criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM) - ambos marcantes para os grupos sociais residentes tanto na zona urbana, periurbana e rural do município. Tais acontecimentos favoreceram (e ainda influenciam) a crescente urbanização e, assim, impactam a agricultura da cidade.

EXPANSÃO URBANA DE MANAUS E AGRICULTURA

Com a instalação do Pólo Industrial de Manaus a cidade experimentou um aceleramento na urbanização e adquiriu novas formas de organização até então não existentes. Tais modificações passaram a interferir diretamente na sua configuração espacial. À medida que a expansão urbana atingiu diferentes áreas do município houve, simultaneamente, o aumento das desigualdades sociais com impactos no ambiente citadino. A partir da criação da Região Metropolitana de Manaus, o espaço da cidade passou a contar com novos processos que interferem nas relações sociais, influenciando diretamente na produção do espaço.

A partir da ZFM ocorreu um expressivo êxodo populacional rumo à capital amazonense, propiciando um crescimento rápido e desordenado com ameaças aos espaços verdes até então existentes. A periferia de Manaus passou a ser alvo principal de ocupação frente ao processo de expansão urbana. Entretanto,

a implantação de projetos nem sempre priorizam a integridade do ambiente urbano.

Urbanização remete a constituição de espaços caracterizados pela concentração de atividades e pessoas em local restrito (Castells, 1983). Sobre a cidade, ela configura o lugar onde está a estrutura político-administrativa de uma sociedade e suporta a existência de sistemas sócio-político-econômicos. Quanto ao surgimento, as cidades dependeram de circunstâncias, tais como: divisão do trabalho, organização da sociedade em classes sociais, acumulação tecnológica, produção de excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, e concentração espacial das atividades não-agrícolas (Castells, 1983).

Nas cidades amazônicas a concentração populacional não ocorre de modo uniforme, mas apenas em alguns pólos detentores de maior investimento e prestação de serviços. Esse fato contribuiu para a estagnação das atividades econômicas no interior e, por conseguinte, incentivou o deslocamento das populações locais rumo aos grandes centros urbanos. Na Amazônia existe um desbalanceamento entre o crescimento da população urbana e a infra-estrutura implantada, o que ocasiona baixos índices de qualidade de vida para a população local e problemas ambientais (Becker, 1995, 1998; Browder e Godfrey, 1997; Monte-Mór, 1998).

Analisando o crescimento populacional em Manaus, Scherer e Mendes Filho (2004) chegam a constatação de que nos últimos trinta anos, a cidade teve um crescimento em torno de 500% - sendo a que mais cresceu se comparado às treze cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Apesar de possuir o quarto maior PIB municipal do Brasil decorrente do seu pólo industrial,

a cidade apresenta elevados índices de desigualdades socioeconômicas quando observados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) dos bairros de Manaus no Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (Manaus, 2006).

A transição do rural para o urbano marcou a cidade de Manaus, a qual congrega muitas pessoas provenientes de áreas rurais que migraram com o objetivo de construir sua vida e sua história no meio urbano, fato presente em alguns bairros das diferentes zonas de Manaus (Coelho, 2006). A partir do Pólo Industrial de Manaus a cidade experimentou um aceleração na urbanização e adquiriu novas formas de organização.

A construção e/ou expansão de grandes vias terrestres representou mudanças para a cidade, a exemplo da Avenida das Torres. Sua construção exigiu a desapropriação de domicílios por seguir a linha de transmissão de alta voltagem da concessionária Amazonas Energia. Por isso as áreas urbanas e rurais atravessadas pela avenida receberam indenizações. Por exemplo, as unidades agrícolas existentes na Colônia Japonesa, localizada no bairro Cidade Nova, que estavam nas proximidades da obra da avenida passaram por alterações no seu cotidiano.

Isso aconteceu porque políticas voltadas para o crescimento de Manaus não dão atenção às terras de agricultura. A terra serve como instrumento de especulação e acumulação. Então, o que podemos falar sobre a agricultura desenvolvida na cidade? Trata-se de um assunto pertinente a ser debatido, pois sua realização serve como alternativa de renda para muitas famílias residentes nas cidades, inclusive em Manaus.

A agricultura urbana vem sendo incorporada como parte das estratégias de sobrevivência em muitas cidades devido ao aumento do desemprego e do número de pessoas vivendo na faixa de pobreza. A discussão sobre o futuro da agricultura na cidade nos leva a dois caminhos: de um lado, há os que defendem a substituição da atividade pelo avanço dos projetos de expansão urbana; de outro, a hipótese de uma interação entre usos do solo agrícola e usos urbanos.

Já a agricultura metropolitana significa aquela praticada nas metrópoles ou em áreas próximas a elas. A afinidade com a produção de hortaliças é um ponto comum na agricultura metropolitana. Isso porque as características das hortaliças possibilitam uma boa produção em áreas relativamente pequenas. O cultivo de hortaliças tem destaque no estado do Amazonas e representa uma atividade que vem crescendo em alguns municípios. No geral, as áreas de cultivo estão localizadas nas várzeas dos municípios próximos a Manaus. Entretanto, existem cultivos de hortaliças em terra firme nos municípios de Manaus, Iranduba, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Silves e Rio Preto da Eva (Amazonas, 2008).

ANÁLISE DA COMUNIDADE CIDADE DE MANAUS

Nessa pesquisa foi adotado como método o estudo de caso, pois se apresentou como o mais adequado para apreensão do problema levantado, já que possibilita o estudo de fenômenos complexos (Yin, 2001). O objeto de estudo foram as unidades agrícolas localizadas na comunidade Cidade de Deus, integrante do bairro Cidade Nova na zona Norte da cidade de Manaus. Essa comunidade, que dista 9,09km do centro geográfico da cidade, possui importantes espaços de conservação ecológica de Manaus, a saber: a Reserva Florestal Adolpho Ducke,

o Jardim Botânico e o Parque Municipal Nascentes do Mindú.

O padrão de moradia se confronta aos impactos ambientais, geralmente atrelados a erosões no entorno de cursos d'água (igarapés) ou pela construção de casas em áreas de encostas. O aspecto socioambiental compreende a existência de ruas cortadas pelos afluentes do “igarapé” do Mindú. Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a comunidade Cidade de Deus ocupa a 70ª posição em relação às outras unidades espaciais do município de Manaus e está em situação de altíssima vulnerabilidade (Manaus, 2006).

A história de constituição da comunidade remete a uma ocupação não planejada pelo poder público, cujos agentes foram famílias de baixa renda. Os moradores se apropriaram dos terrenos por meio de um processo de posse instantânea com a construção de residências sem infra-estrutura adequada. Algumas residências estão localizadas em áreas de risco e desprovidas de padrão urbanístico. A precariedade na prestação de serviços agrava a situação de quem reside até hoje na comunidade.

É dentro desse contexto que se situam as unidades de produção agrícolas existentes na comunidade Cidade de Deus. A localização das unidades agrícolas está no fundo de vales e sua produção geralmente direcionada para o cultivo de hortaliças. As unidades agrícolas possuem um tamanho entre 200m² a 1000m², incluindo a residência do agricultor e a área destinada à produção. A produção hortícola tem como principais finalidades o autoconsumo e a comercialização. Entretanto, a agricultura citadina está carregada de demandas a serem solucionadas mediante a ação estatal em conjunto com a sociedade civil. Um dos principais problemas na localidade diz respeito ao pouco investimento recebido

pelo trabalhador. Isso reflete no processo produtivo, na mercadoria e no ganho monetário.

A escolha pela realização da pesquisa nos espaços de agricultura da comunidade Cidade de Deus deveu-se ao fato das peculiaridades nela existentes. Conforme dito, essa comunidade abriga importantes espaços de preservação ecológica para a cidade de Manaus e, ainda possui outras áreas verdes prioritárias para conservação. O trabalho de campo contemplou a totalidade de áreas de produção agrícolas que estão localizadas na comunidade, ou seja, 10 unidades agrícolas. O principal instrumento de coleta de informações consistiu na aplicação de formulários, além da observação de campo e registro fotográfico. Todos os agricultores residem com suas famílias nas unidades em que trabalham e têm a atividade agrícola como principal meio de obtenção de renda econômica.

Segundo os agricultores da Comunidade Cidade de Deus, a atividade agrícola pode trazer tanto benefícios quanto malefícios. Os dados coletados na pesquisa apontaram dois benefícios oferecidos pela atividade: fonte de renda e gosto pela agricultura. Em contrapartida, entre os malefícios foram mencionados: doenças, pouco dinheiro, pragas no cultivo, falta de recursos e muito esforço físico.

Para cerca de 80% dos agricultores o principal benefício da atividade agrícola diz respeito em servir como fonte de renda. Isso confirma a idéia da agricultura na cidade ter a possibilidade de servir como alternativa de renda econômica para pessoas à margem dos benefícios inerentes ao sistema capitalista. O gosto pela agricultura foi outro ponto lembrado por 10% dos agricultores – essa afirmação decorre da prática exclusiva há bastante tempo. Entre as respostas,

há aqueles que não vêem benefícios na agricultura e pensam, inclusive, em mudar de atividade.

Sobre os malefícios, o estudo revelou a seguinte situação: houve o mesmo quantitativo de trabalhadores que afirmou serem as pragas e doenças no cultivo e a falta de recursos os principais malefícios da prática agrícola (30% cada). Dependendo do tipo e quantidade de pragas, um cultivo pode chegar a ser totalmente destruído. A situação pode agravar-se quando o trabalhador faz uso de produtos químicos para conter as pragas no cultivo e, assim, tentar “salvar” a produção. Entre as pragas agrícolas, a “paquinha” (*Scapteriscus abbreviatus Scudder*) foi o tipo mais citado. O uso indiscriminado de produtos químicos não gera problemas somente para a agricultura, mas também para o agricultor.

Por outro lado, fica difícil trabalhar quando faltam recursos. Não existe uma política que supra as necessidades peculiares à atividade do agricultor da cidade, gerando um certo desestímulo para sua continuidade. Ademais, a agricultura se configura como uma atividade que requer muito esforço físico (malefício anunciado por 20% dos trabalhadores), principalmente quando grande parte do processo produtivo é feito manualmente e sem o mínimo de aparato tecnológico.

A incidência de doenças no trabalhador constituiu-se em outro entrave à atividade conforme 10% dos agricultores. De acordo com os entrevistados, as doenças advêm pelo uso de insumos químicos sem os cuidados necessários ao manuseio: a utilização indiscriminada aliada a falta de equipamentos de segurança para manusear os produtos químicos chega a levar o trabalhador a sérias doenças. A ausência de malefícios foi outra resposta apontada por 10% do grupo entrevistado.

Analisar os fatores que incentivam ou não a prática agrícola na Cidade de Deus foi relevante para a compreensão da realidade. Quando a agricultura não representa qualquer tipo de benefício para o trabalhador, as chances dele deixar a atividade podem se tornar maiores. A situação fica mais complicada à medida em que surgem pressões dificultando sua livre prática.

É comum observar nas cidades, a pressão para apropriação do solo. A preocupação com o acesso a terra não ocorre somente nas áreas consideradas “nobres” da cidade. A expansão do capital requer a utilização de diferentes espaços conforme o tipo de trabalho a ser feito. Portanto, terras localizadas à maior distância do centro da cidade tornam-se motivos para conflitos de interesses sociais. Como os espaços de agricultura geralmente estão nas áreas periféricas da cidade e, por isso, destituídos de suporte para sua realização, acabam sendo vulneráveis a sofrerem desapropriação.

Na comunidade Cidade de Deus a ocupação do solo encontra-se voltada para expansão demográfica, criação e alongamento de vias terrestres e construção de espaços públicos para atender as necessidades básicas da população, entre os principais tipos de usos. Assim, a produção do espaço dá preferência à expansão do urbano em Manaus. Até o momento as unidades de produção agrícola estão sendo inseridas na expansão urbana basicamente por meio da concentração demográfica e da criação de logradouros nas proximidades.

As áreas onde são produzidas hortaliças são vistas pela população como espaços disponíveis para moradia. Aproximadamente 30% dos agricultores afirmaram que a construção de residências estaria se tornando uma situação constante – só não há maior expansão residencial porque as unidades de produção

estão localizadas em áreas de vulnerabilidade ambiental. Com isso, a pressão para obter o espaço de moradia poderia vir a limitar o tamanho de tais unidades agrícolas quando as áreas ociosas da periferia estiverem se tornando escassas. Além de influenciar no trabalho produtivo, a concentração populacional poderia interferir no cotidiano dos agricultores na medida em que o estilo de vida estivesse recebendo elementos típicos ao urbano.

A notícia de que será construído um logradouro em área que atravessa determinadas áreas de cultivo divide a opinião entre os entrevistados. Cerca de 40% acredita que a criação de uma rua beneficiaria os moradores, incluindo os trabalhadores agrícolas, pois facilitaria o escoamento da produção de hortaliças. O acesso às unidades de produção agrícola apresenta dificuldades sendo feito geralmente de trilhas abertas pelos próprios moradores. Dessa forma, a construção de vias de circulação perpassando as áreas de agricultura poderia facilitar o transporte das hortaliças até o mercado consumidor, assim como realizar o processo inverso – levar o comprador até as unidades agrícolas. Entretanto, há agricultores que pensam na possibilidade de desapropriação dos terrenos, pois ficaria inviável cultivar hortaliças com uma rua cortando os canteiros.

A agricultura da cidade de Manaus, especificamente da comunidade Cidade de Deus, caracteriza-se por seu cunho familiar. Entretanto, todas as unidades de produção direcionam boa parte das hortaliças à comercialização. Por outro lado, o fato dos entrevistados trabalharem há vários anos com esse tipo de atividade, inclusive fora da cidade, faz com que seu estilo de vida ainda tenha alguns traços do rural – marcando a presença de um sentimento topofílico. Outrossim, a estrutura residencial do agricultor na comunidade revela-se precá-

ria em termos de padrões estéticos urbanos, lembrando sobremaneira as moradias localizadas em regiões longínquas do interior amazônico.

O futuro da agricultura no contexto urbano pode acontecer de três formas: ou ela chega ao desaparecimento pela substituição por outros tipos de atividades peculiares à vida urbana; ou então, pode passar por uma transformação que a deixe plenamente voltada para a lógica capitalista e, por conseguinte, para a adesão ao processo urbano vigente. Nesse último caso, a agricultura da cidade teria que ter relação direta com o setor industrial no objetivo de tornar-se altamente competitiva – situação praticamente inviável diante das circunstâncias que envolvem a realização da agricultura na cidade. Outra alternativa seria a de resistência frente aos acontecimentos típicos da urbanização, por meio da adoção de práticas de fortalecimento da categoria na cidade sem descaracterizar a organização familiar.

Dentro desse contexto foi essencial perguntar aos agricultores se a urbanização estaria interferindo na continuidade do trabalho. Cerca de 60% dos entrevistados acreditam na interferência da expansão urbana na agricultura. Porém, ressalte-se que a interferência pode não ser apenas de caráter negativo, tendo a possibilidade de ser algo positivo na continuidade da categoria, de acordo com a concepção de 40% dos entrevistados.

Assim, quais seriam os tipos de interferências na agricultura decorrentes da expansão urbana? Contestando a hipótese lançada, ficou claro que 40% dos agricultores vêem a expansão urbana enquanto um ponto benéfico, pois “quanto maior a população, maior a renda”. Isso possibilitou compreender que a urbanização é vista como um processo de concentração populacional.

A outra assertiva foi de que a urbanização diminui a área do produtor agrícola (30%). A pressão em adquirir terrenos para diversos fins perpassaria as unidades de produção agrícola na comunidade Cidade de Deus. Haveria, então, diminuição da área do agricultor e, por conseguinte, provocaria limitações na atividade agrícola. Esse fato se agravaria com a pouca atenção dada ao agricultor da cidade pelo poder público. Como não existem ações que incentivem a continuidade da produção de hortaliças na cidade, muito menos sua expansão, o agricultor estaria desprovido de meios para prosseguir.

Outra maneira de confirmar a influência negativa da urbanização na agricultura consistiu em verificar possíveis modificações na renda econômica. Se a expansão urbana estivesse limitando a prática agrícola na comunidade, certamente a renda advinda da comercialização de hortaliças estaria sendo comprometida devido a fatores como menor área do terreno para plantio, menor produtividade, escassez de mão-de-obra, etc. Segundo 90% entrevistados não ocorreu diminuição da renda nos últimos anos. Pelo contrário: houve até aumento e ganhos, quando não permaneceu o mesmo quantitativo de renda econômica.

Entretanto, uma queixa geral entre os agricultores diz respeito ao pouco incentivo do Estado para a prática agrícola na cidade de Manaus. Isso constitui-se na principal dificuldade. A situação se agrava com a precariedade de infraestrutura: apesar de ser fonte de energia para o funcionamento de alguns instrumentos agrícolas, a luz elétrica apresenta oscilações no fornecimento; a situação é mais grave em se tratando de água encanada, visto que não há o oferecimento do serviço pela concessionária. A obtenção de água se dá através de poços e captação direta dos cursos d'água presente nas localidades. Carência

de equipamentos, mão-de-obra e recurso financeiro também foram dificuldades citadas, posto que a posse de instrumentos agrícolas auxilia na fluidez do processo produtivo e a mão-de-obra representa o capital humano essencial para a existência de qualquer trabalho. Já a disponibilidade de capital, além de influenciar a continuidade da agricultura, possibilita a sobrevivência do trabalhador no meio urbano.

Cerca de 70% dos agricultores pensa em continuar na atividade agrícola, porém 20% deles gostariam de realizá-la em outra localidade, especificamente, no interior do Estado porque sua realização seria melhor nas áreas rurais. A opinião de 80% dos agricultores é que somente as áreas rurais recebem atenção do poder público e, assim, têm condições suficientes para a prática agrícola. À agricultura na cidade poderiam ser disponibilizados instrumentos facilitadores. A regularização fundiária é um exemplo de ação necessária na agricultura da comunidade Cidade de Deus. Como os agricultores não têm o título definitivo das terras fica difícil recorrer a investimentos estatais e privados. Ademais nenhuma unidade agrícola possui cadastro nas instituições competentes.

Dentro do contexto então explanado, é necessário compreender que a agricultura desenvolvida na cidade apresenta uma série de demandas, as quais dependendo da intensidade podem impossibilitar a continuidade da produção de hortaliças na Cidade de Deus. Além disso, a participação dos agricultores na constituição de políticas locais torna-se imprescindível, pois ninguém melhor do que eles para prever as soluções mais adequadas de se empregar no ambiente citadino.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NA CIDADE

Tratando de políticas para a atividade agrícola, um bom exemplo de análise diz respeito à Política Agrícola, disposta na Lei N.8.171, de 17 de janeiro de 1991. Tal política tem como um de seus pressupostos que a atividade agrícola proporcione aos trabalhadores uma rentabilidade compatível com a de outros setores da economia, assim como garantir-lhes o acesso aos serviços essenciais.

Visando atender as particularidades da agricultura familiar, foi criado pelo governo federal o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. O PRONAF tem como proposta atender ao pequeno produtor rural, por meio de apoio financeiro a prática de suas atividades econômicas. Entretanto, a realidade mostra que ainda há muito a ser feito para que o agricultor e sua família se sintam, de fato, amparados pelas políticas públicas. Discute-se se essa categoria não estaria passando por uma descaracterização diante da inserção da lógica capitalista nos processos constituintes da agricultura familiar. Essa situação poderia estar se agravando com a ausência/deficiência da implementação de políticas públicas.

A realização da atividade agrícola focada apenas na alta produtividade em curto prazo, não levando em conta os processos ecológicos e sociais envolvidos, precisa receber um novo dimensionamento o qual alie produtividade à sustentabilidade na agricultura. Isso significa dizer que a agricultura enquanto totalidade deve interatuar os diversos níveis de interdependências com as populações humanas (Viola, 2002).

Em escala mundial o auxílio à agricultura caiu em dois terços desde os anos 1980. No ano 2000 os investimentos em atividades rurais representaram menos

de 10% dos compromissos do Banco Mundial. Tais agricultores têm necessidade de encontrar novas oportunidades de mercado e aumentar o valor do produto agrícola via processamento. O investimento em áreas agricultáveis é necessário, pois o aumento da produção e da renda agrícolas impulsiona o crescimento dos centros industriais urbanos além de aliviar a pressão da infra-estrutura urbana e reduzir a migração para as cidades.

Halweil (2002) adverte que as políticas agrícolas desestimulam a adoção de métodos mais limpos de produção de alimentos, pois o apoio governamental incentiva a criação de sistemas menos diversificados inibindo práticas conservadoras de recursos ao torná-las menos lucrativas. Entretanto, agricultura e biodiversidade estão intimamente ligadas: quase metade das áreas de biodiversidade protegidas está em regiões onde a agricultura é o principal uso do solo. A introdução de espaços de vida silvestre nas áreas agrícolas pode incrementar a produção. A reintrodução de árvores e outras culturas perenes podem reduzir a erosão, seqüestrar carbono, reter água e proteger a agricultura contra os extremos ecológicos que acompanham a instabilidade climática.

Tendo em vista as reivindicações dos trabalhadores agropecuários de Manaus, o poder estatal, por meio das esferas estadual e municipal, vem promovendo ações com o intuito de minimizar as necessidades apontadas. A busca pela melhoria de escoamento da produção agrícola feita por líderes de comunidades, associações e entidades indígenas fez com que a Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (SEPROR) se comprometesse em absorver a produção agrícola para o fornecimento de merenda escolar estadual e municipal de Manaus, bem como através do Programa de Aquisição de Alimentos do Gover-

no Federal.

Conforme informações da SEPROR (Amazonas, 2008) os problemas com ramais e vicinais em mau estado de conservação dificultam o escoamento da produção. Além disso, existem problemas com a liberação de terrenos para plantio em áreas urbanas, ausência de assistência técnica do IDAM em algumas comunidades e a necessidade de financiamentos para compra de maquinário agrícola.

Capacitar os produtores rurais no Amazonas constitui-se em outro programa da SEPROR para incentivar e valorizar o setor primário através de cursos de formação, oficinas, seminários, congressos e assistência técnica. A idéia inicial da Secretaria consistiu em construir três centros de capacitação em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agropecuário nos municípios de Manaus, Parintins e Borba com investimento total de R\$ 1.219.676,58, sendo que cada centro irá beneficiar 100.000 pessoas, entre técnicos, profissionais e agricultores familiares. O objetivo dos centros seria o de oferecer infra-estrutura para formação em agroecologia e economia solidária; apoiar a população nas áreas produtiva, tecnológica e social; propiciar o acesso à comunicação e garantir o planejamento de ações e do processo de gestão social (Amazonas, 2008).

De acordo com o IDAM a expansão da área cultivada e o aumento produtivo de hortaliças advêm do apoio do governo estadual. Além do incentivo à comercialização, o Estado realiza a distribuição anual de sementes hortícolas aos agricultores familiares, elabora e acompanha projetos em crédito rural para cultivo de hortaliças nos principais centros produtivos. Foi ressaltado ainda o fornecimento da carteira do produtor rural que possibilita a comercialização de

produtos diretamente com varejistas e atacadistas, com benefícios fiscais previstos na legislação.

Quanto às ações do poder municipal, consta no artigo 101 Código Ambiental do Município de Manaus que a proteção do solo municipal visa, entre outros pontos, a garantia da utilização do solo cultivável, através de adequados planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos (Manaus, 2001). Já na Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN) existe a preocupação com a atividade agrícola quando prevê no Art.229, na Seção referente ao planejamento urbano, que haja o estabelecimento de áreas destinadas à construção de moradia popular e definição das áreas para produção de hortifrutigranjeiros.

Na política agrícola, a LOMAN aponta como instrumentos dessa política o planejamento, a pesquisa, a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, os estoques reguladores, o crédito, o transporte, o associativismo, os incentivos fiscais, o contingenciamento, a política de preços mínimos e a defesa e inspeção sanitária para produtos e subprodutos de origem vegetal e animal. Além disso, são contemplados a pequena produção e o abastecimento familiar por meio da comercialização direta entre produtores e consumidores, assim como é visada a conservação do solo.

Quanto às ações pontuais do município para a agricultura, a Prefeitura de Manaus inaugurou uma agroindústria de processamento e beneficiamento do cupuaçu na comunidade rural Nossa Senhora de Fátima, localizada à margem direita do rio Tarumã Mirim. A construção da agroindústria faz parte do projeto

intitulado “O cultivo do cupuaçu gerando trabalho e renda na comunidade Nossa Senhora de Fátima” que surgiu a partir da carta de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e Programa Nacional de Geração de Renda – PRONAGER (Manaus, 2008).

Apesar de existirem ações voltadas para a questão agrícola tanto nas esferas federal, estadual e municipal, ficam visíveis as demandas ainda não superadas pelo poder público devido a uma série de fatores. Se de um lado, há legislações, projetos e programas que prevêm o atendimento de diferentes carências relacionadas à manutenção e expansão da agricultura; de outro, há necessidade do efetivo cumprimento de tais instrumentos na sociedade, independente da esfera em questão. Há uma incongruência entre o que está previsto nas políticas e a prática visualizada no cotidiano dos agricultores. Atrelado está o teor das políticas que nem sempre levam em questão os anseios da categoria, mas apenas da parcela detentora de capital. Isso pressupõe a criação aliada ao implemento de novas políticas que façam a inclusão de todos os sujeitos envolvidos na questão agrária, bem como da sociedade consumidora da produção gerada.

E quanto às políticas para a agricultura na cidade? É importante estabelecer políticas públicas que priorizem este tipo de atividade econômica realizada em várias cidades no mundo. A agricultura urbana, entendida aqui como sinônimo de agricultura na cidade, contribui para a segurança alimentar da população e pode agir na amenização da exclusão social. De que forma? Na segurança alimentar a agricultura urbana facilita o acesso aos alimentos básicos das famílias sem recursos para comprá-los no mercado, além de fornecer alimentos

mais saudáveis e uma diversificação alimentar.

Atrelada as práticas de cultivo, a agricultura urbana pode contar com a criação de animais domésticos. Para isso é necessário o emprego de recursos humanos e materiais disponíveis na cidade, ao mesmo tempo em que devolve para estes outros recursos e materiais. Esse tipo de agricultura apresenta como vantagem sua fácil implantação - que pode ser de iniciativa individual ou de associações - visto necessitar de pouco capital e menos atividades se comparado com outras atividades econômicas. O fato da prática da agricultura urbana ser possível em pequenas áreas da cidade ou no seu entorno constitui-se em um dos aspectos que a diferem da agricultura nas zonas rurais.

É necessário inserir a agricultura urbana como pauta de discussão pelo poder estatal visto que sua prática causa impactos nos diferentes aspectos da vida em sociedade e no ambiente que a circunda. As políticas públicas relacionadas à agricultura na cidade poderiam ampliar sua realização tendo em vista os efeitos benéficos por ela trazidos; além de articulá-la a outras atividades da cadeia produtiva e, principalmente oferecer financiamento para a continuidade e até expansão dessa prática pelas famílias.

Por outro lado, ainda não se tem conhecimento da existência de políticas direcionadas especificamente à agricultura nas cidades brasileiras. Até onde se sabe as políticas agrícolas, independente da esfera político-administrativa, quando tratam da questão priorizam a agricultura tradicional sendo praticada no campo. As legislações e projetos pertinentes que fazem menção à atividade agrícola no urbano são insuficientes, não fornecendo instrumentos que incentivem sua prática efetiva na cidade.

Isso pôde ser confirmado na comunidade Cidade de Deus. Os agricultores da cidade acreditam na prioridade para a agricultura realizada na zona rural. Entretanto, a contribuição do poder público é decisiva para a categoria do ambiente citadino. O item de maior destaque mencionado diz respeito a falta de financiamento pelas esferas pública e privada aos trabalhadores agrícolas. Segundo os entrevistados o poder público poderia contribuir na agricultura com financiamento e regularização do terreno – a qual eles denominam de fiscalização. Ademais, a carência de infra-estrutura básica agrava a questão quando impossibilita o pleno desenvolvimento da atividade no meio urbano.

O desenvolvimento das políticas para a agricultura urbana deve envolver a participação de diferentes agentes, incluindo os governos locais, ONGs, universidades, movimentos sociais, o setor privado e, principalmente, os agricultores. As políticas públicas para a agricultura urbana devem prever a criação de espaços de participação na gestão municipal, o apoio técnico-operacional e a facilidade de financiamento.

TENDÊNCIAS DA AGRICULTURA NA CIDADE

Um dos principais desafios da agricultura urbana trata-se de sua prática sem o apoio do poder público. O Estado não incentiva a continuidade desse tipo de agricultura sendo essencial sua atuação por meio de: garantia de recursos via orçamento municipal; promoção da inclusão social das classes mais pobres; e complementação dos programas financeiros com atividades de fortalecimento à produção agrícola urbana, entre outros.

Quando o agricultor não possui o título do terreno onde realiza a atividade, a

situação fica mais grave, pois sem esse documento fica difícil conseguir financiamento de agências bancárias prejudicando a manutenção/expansão da agricultura na cidade. Assim, a falta de acesso a programas de crédito e investimentos limita o agricultor de adquirir melhores equipamentos de trabalho e até de aderir a tecnologias mais sustentáveis. Caso tais demandas fossem solucionadas poderia haver aumento da produção e, por conseguinte, da renda obtida através da atividade agrícola. A sociedade em geral ganharia com o incentivo à agricultura urbana na medida em que os produtos resultantes de sua prática propiciassem o acesso crescente pela população consumidora.

Alguns autores defendem a idéia de que a agricultura, inclusive a urbana, não pode ser alheia à economia globalizada. Da mesma forma como acontece em todos os setores da economia, a agricultura precisa aumentar sua eficiência e assim tornar-se competitiva. De outra maneira é constante o questionamento se a agricultura da urbana poderia vir a desaparecer com a urbanização crescente em escala global. A idéia de que as áreas agrícolas seriam vulneráveis à expansão urbana poderia desapropriar os agricultores via especulação imobiliária, construção de projetos urbanísticos, bem como através de impactos decorrentes de disfunções ecológicas (erosão de solos, poluição de cursos d'água, desflorestamento, etc).

A agricultura na Cidade de Deus pode correr o risco de desaparecer. Isso porque, em geral, os agricultores não desejam que seus filhos dêem prosseguimento na prática agrícola. O fato da agricultura prejudicar a saúde do agricultor, exigir muito esforço físico e não dispor de recursos faz com que ele não incentive seu exercício pelos filhos. Entretanto, há casos que o não envolvimento na

atividade parte dos filhos, que não desejam passar pelas dificuldades atuais enfrentadas pela família do agricultor. Além disso, o anseio por um estilo de vida urbano influencia-os a buscarem atividades típicas a esse estilo, como no ramo industrial e de comércio. Apesar dos desafios e dificuldades presentes na prática agrícola urbana, o incentivo à agricultura na cidade de Manaus pode agir sobre diferentes demandas presentes no ambiente citadino e contribuir para a geração de benefícios que extrapolam as áreas de cultivo.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. (2005). Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas. *Relatório de Atividade*. 251 p.
- AMAZONAS. (2008). Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Perfil básico da Região Metropolitana de Manaus 2007*. Manaus: SEPLAN. In: www.amazonas.am.gov.br.
- BECKER, B. K. (1995) Undoing myths: The Amazon – An urbanized forest. In: CLUSENER, G. M., SACHS, I. *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region – Man and Biosphere Series*, Paris, UNESCO e Pathernon Publish Group Limited. 53-89.
- BECKER, B. K. (1998) *A especificidade do urbano na Amazônia: Desafios para políticas públicas conseqüentes*. Estudo elaborado para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal – Ministério do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente. 60p.
- BRASIL (1991). Lei N.8.171. Dispõe sobre a Política Agrícola e dá outras providências.
- BRASIL (1995). *Decreto n° 1946*, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. In:

www.pronaf.gov.br.

- BROWDER, J.O.; GODFREY, B.J. (1997). *Rainforest cities: Urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon*. N.Y. Columbia University Press.
- CASTELLS, M. (1983). *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 513 p. (Coleção Pensamento Crítico; v.48)
- COELHO, R. B. (2006). *Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara*. 219 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- HALWEIL, B. (2002). Agricultura de interesse público. In: FLAVIN, C. *et al.* *O estado do mundo 2002*. Tradução de Henry J. Malletti. Salvador, Uma: p.59-86.
- MANAUS (2001). Lei N.605. Institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências.
- MANAUS (2005). Câmara Municipal de Manaus. Lei Orgânica do Município.
- MANAUS (2006). Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas/Prefeitura de Manaus/Fundação João Pinheiro. *Desenvolvimento Humano em Manaus. Atlas Municipal*. V. 1.
- MANAUS (2008). Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. *Preço da cesta básica em Manaus – Ano 2008*. In: www.manaus.am.gov.br.
- MONTE-MÓR, R.L.M. (1998). Health, the environment and urban-rural relations in Amazonia. In: CHATTERJI, M.; MUNASINGHE, M.; GANGULY, R. *Environment and health in developing countries*, New Delhi, India, A.P.H. Pub. Corporation. 149-156.
- SCHERER, E.; MENDES FILHO, I. (2004). *Injustiça ambiental em Manaus*. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação, Indaiatuba. 58-79.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H.R.; SCHERER-WARREN, I; GUIVANT, J.S.; VIEIRA, P.F.;

KRISCHKE, P.J.(2002). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 225 p.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001. 312 p.